

Dossiê

FORMAÇÃO DOCENTE, DIFERENÇA(S) E DIVERSIDADE(S)

Teacher education, difference (s) and diversity(ies)

Formación del profesorado, diferencia (s) y diversidad(ies)

Fábio Luiz Alves de Amorim*
Maria da Conceição Silva Soares**

<https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2021.v3i3n7.817-825>

Resumo

As políticas educacionais no campo da formação inicial e continuada/permanente de professores/as, tanto na sua formulação quanto na sua implementação e execução, têm sido conduzidas por modelos homogeneizantes, produzindo, performativamente, uma falsa democratização do conhecimento. Essa perspectiva tem distanciado da formação os conhecimentos produzidos nas/das/com as práticas cotidianas, dificultando a produção de redes de saberes e fazeres, reduzindo assim, o direito à/s diferença/s e/ou diversidade/s. Atualmente estamos vivendo o retorno dos processos de padronização e normalização das políticas de formação de professores/as, fortemente marcado, não só pelo cunho mercadológico e meritocrático, mas também por discursos conservadores, machistas, racistas, homofóbicos e misóginos. Em busca de movimentos outros, este dossiê apresenta argumentações produzidas por pesquisadores/as de diversas correntes teóricas e diferentes instituições, problematizando a formação inicial e continuada/permanente de professores/as na perspectiva da diferença e/ou da diversidade. Reúne debates, reflexões e proposições acerca da formação de professores/as em diferentes contextos, tais como nas/com as práticas cotidianas nas/com as escolas e na cultura, nas/com os processos formais nas/com as universidades e secretarias de educação, em conjunto com movimentos sociais e ONGs, entre outros espaços-tempos formativos. Busca destacar narrativas e experiências que rompem com discursos cristalizados e hegemônicos, que pensam a formação como formatação da docência e da vida, questionando a ideia de currículo único e formação única na contingência das políticas educacionais atuais. Aposta nos processos de formação continuada/permanente de professores/as como aprendizagens inventivas, movimentos inclusivos e de resistência à padronização da educação e aos mecanismos excludentes da pauta extremista e fundamentalista do neoliberalismo.

Palavras-chave: Formação docente; Diferença(s); Diversidade(s).

Abstract

Educational policies in the field of initial and continuing/permanent teacher education, both in their formulation and in their implementation and execution, have been driven by homogenizing models and, performatively, producing a false democratization of knowledge. This perspective has distanced from training the knowledge produced in/from/with everyday practices, making it difficult to produce networks of knowledge and practices, thus reducing the right to difference/s and/or diversity/IES. We are currently experiencing the return of the processes of standardization and normalization of teacher education policies, strongly marked not only by the marketing and meritocratic nature, but also by conservative, sexist, racist, homophobic, and misogynistic discourses. In search of other movements, this dossier presents arguments produced by researchers from different theoretical perspectives and different institutions, questioning the initial and continuing/permanent training of teachers from the perspective of difference and/or diversity. It brings together debates, reflections and propositions about teacher training in different contexts, such as in/with everyday practices in/with schools and culture, in/with formal processes in/with universities and education departments, together with social movements and NGOs, among other formative spaces-times. It seeks to highlight narratives and experiences that break with crystallized and hegemonic discourses, which think of training as formatting teaching and life, questioning the idea of a single curriculum and a single training in the contingency of current educational policies. It is committed to ongoing/permanent teacher education processes such as inventive learning, inclusive movements and movements that resist the standardization of education and the excluding mechanisms of the extremist and fundamentalist agenda of neoliberalism.

Keywords: Teacher training; Difference(s); Diversity(ies).

Resumen

Las políticas educativas en el campo de la formación docente inicial y continua/ permanente, tanto en su formulación como en su implementación y ejecución, han sido impulsadas por modelos homogeneizadores y, performativamente, produciendo una falsa democratización del conocimiento. Esta perspectiva se ha alejado de la formación del conocimiento producido en/desde/con las prácticas cotidianas, dificultando la producción de redes de conocimientos y prácticas, reduciendo así el derecho a la diferencia/s y/o diversidad/es. Actualmente vivimos el regreso de los procesos de estandarización y normalización de las políticas de formación docente, fuertemente marcados no solo por el carácter mercadológico y meritocrático, sino también por discursos conservadores, sexistas, racistas, homofóbicos y misóginos. En busca de otros movimientos, este dossier presenta argumentos producidos por investigadores desde diferentes perspectivas teóricas y diferentes instituciones, cuestionando la formación inicial y continua/permanente de los docentes desde la perspectiva de la diferencia y/o diversidad. Reúne debates, reflexiones y propuestas sobre la formación docente en diferentes contextos, como en/con prácticas cotidianas en/con escuelas y cultura, en/con procesos formales en/con universidades y departamentos de educación, junto con movimientos sociales y ONG, entre otros espacios-tiempos formativos. Busca resaltar narrativas y vivencias que rompen con discursos cristalizados y hegemónicos, que piensan en la formación como formateadora de la enseñanza y la vida, cuestionando la idea de un currículo y una formación únicos en la contingencia de las políticas educativas actuales. Está comprometida con procesos de formación docente continuos/permanentes como el aprendizaje inventivo, los movimientos inclusivos y los movimientos que resisten la estandarización de la educación y los mecanismos excluyentes de la agenda extremista y fundamentalista del neoliberalismo.

Palabras clave: Formación del profesorado; Diferencia (s); Diversidad (s).

Com o avanço do discurso de ódio que culminou com o golpe parlamentar sofrido pela então presidenta Dilma Rousseff, iniciou-se um processo de desmonte do Estado, de todas as políticas sociais e das conquistas alcançadas no decorrer do seu primeiro mandato e dos dois de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva. Um processo orquestrado pelo campo conservador, de direita e de extrema-direita da política brasileira, retomando pautas que achávamos estar superadas.

No período do governo popular do Partido dos Trabalhadores – 2002-2015 presenciamos o ensaio de movimentos de democratização das políticas de formação de professores/as. O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), em articulação com os sistemas de ensino, planejou e implementou políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais.

Esse movimento deu importante contribuição para o desenvolvimento inclusivo dos/nos sistemas e redes de ensino, colocando em pauta a valorização das diferenças e das diversidades. A SECADI promoveu diversos cursos e programas de formação continuada de professores/as, por meio de pactos federativos junto aos estados, articulados aos municípios e sob a gestão das universidades públicas. Nesse processo de promoção e valorização da vida nos mais diversos e diferentes contextos, foram viabilizados financiamentos para uma grande movimentação formativa nas/com as escolas, produzida com e a partir das interações de professores/as e estudantes.

É nessa perspectiva, de ascensão e valorização daqueles/as que sempre estiveram à margem do processo educativo, dos/as que tiveram seus direitos à educação negligenciados pela homogeneização dos processos formativos, que este número da revista *Formação em Movimento* traz reflexões, inquietações e proposições acerca da *formação docente, diferença/s e diversidade/s*. O objetivo deste dossiê é apresentar argumentações produzidas por pesquisadores/as de diversas correntes teóricas e diferentes instituições, problematizando a formação inicial e continuada/permanente de professores/as na perspectiva da diferença e/ou da diversidade. Com isso, produzir debates, reflexões e proposições acerca da formação de professores/as em diferentes contextos, tais como nas/com as práticas cotidianas nas/com as escolas e na cultura, nas/com os processos formais nas/com as universidades e secretarias de educação, em conjunto com movimentos sociais e ONGs, entre outros espaços-tempos formativos.

Destacamos as narrativas e as experiências como possibilidades de rupturas com discursos cristalizados e hegemônicos, que pensam a formação como formatação da

docência e da vida, questionando a ideia de currículo único e formação única na contingência das políticas educacionais atuais. Apostamos nos processos de formação continuada/permanente de professores/as como aprendizagens inventivas, movimentos inclusivos e de resistência à padronização da educação e aos mecanismos excludentes da pauta extremista e fundamentalista do neoliberalismo.

Para tanto, é preciso fazer algumas problematizações, entendendo que as múltiplas redes, mesmo diante de suas aparentes incomunicabilidades entre suas especificidades, precisam ser consideradas no processo de formulação, implementação e execução dos processos de formação de professores/as. Entendemos que os movimentos formativos são sempre abertos e em constante mudanças.

Apesar de as políticas de inclusão estarem sendo apregoadas quase de forma unânime pela sociedade e pelas escolas, como uma questão de política pública, de direitos humanos e como uma necessidade vital a uma grande parcela da população, é necessário discutir seus sentidos, porque o que pode estar acontecendo é a consolidação da ideia de inclusão universalista, de uma educação para todos, na qual se busca incluir os diferentes numa escola homogênea, modelar para que sejam enquadrados em modelos determinados e, se isso não ocorre, o problema é do indivíduo “desviante”, incapaz. Caso os “incluídos” não consigam usufruir satisfatoriamente do que lhe está sendo oferecido, a inclusão passa de imperativo moral (o Estado deve garantir) à responsabilização moral (o uso dessas políticas depende de cada um, todos foram integrados). É a atribuição de um peso que só cabe ao indivíduo carregar. A sociedade é justa, as oportunidades foram garantidas, o problema, então, está nos indivíduos, ou seja, é a culpabilização das vítimas pelo seu próprio fracasso – que se constitui em uma das premissas das políticas neoliberais. (SCHUCHTER, CARVALHO, 2016, p. 527)

Diante do perigo de se produzir políticas de tolerância também nos processos formativos, temos de colocar as políticas como potencialização da vida (SCHUCHTER, CARVALHO, 2016), abrindo campos de possibilidades de lutas e resistências.

A ANFOPE há quatro décadas vem ocupando lugar estratégico na luta em defesa de políticas de formação e valorização dos profissionais da educação, assumindo seu posicionamento junto às entidades científicas, aos movimentos sociais organizados, com os/as trabalhadores/as em educação e estudantes. Dessa forma, é sempre necessário reafirmar seu compromisso historicamente assumido com a escola pública, laica, gratuita e inclusiva e, nesse sentido, fazer ecoar as vozes por muitas vezes cerceadas em seu direito de ser e estar no mundo.

A revista *Formação em Movimento* contribui para a consolidação desse lugar, como veículo permanente de diálogos, conversas, debates, reflexões e interações, tecendo problematizações e, principalmente, proposições diante das demandas desafiadoras à educação neste momento delicado da política brasileira.

Atualmente, o debate acerca das políticas educacionais em curso está marcado por disputas emblemáticas no campo das ações afirmativas,

especificamente no que diz respeito às questões étnicas, religiosas, de gênero e de sexualidade. De um lado, o conservadorismo de grupos que influenciam e formam parte dos legisladores e, de outro, as lutas em prol de políticas específicas para as ações afirmativas versus as lutas por espaços e tempos democráticos e plurais. (AMORIM, 2017, p. 21)

É preciso romper com a visão de neutralidade supostamente engendrada nas políticas educacionais por entender que o espaço de formulação e implementação de políticas é um campo de disputas. E, no que tange à formação de professores/as, tem sido pautada por finalidades e interesses conservadores e liberais.

Nesse cenário, é preciso desinvisibilizar conhecimentos, culturas, experiências e histórias, até então não contemplados na formação inicial e continuada de professores/as. Pois, esse processo foi de “uma igualdade formal, ancorada nos princípios liberais, que contrariam os movimentos de defesa e reconhecimento da diferença” (SCHUCHTER; CARVALHO, 2017, p.146).

Schuchter e Carvalho (2017) destacam que as diferenças sempre foram vistas como “desvios”, tendo como referencial a dicotomia normalidade versus anormalidade, demarcando a existência de fronteiras entre aqueles que se encontravam dentro da média e os que estavam fora dela. As autoras destacam que a perspectiva dominante no discurso governamental sobre inclusão aproxima-se da retórica discursiva (sem correspondência concreta com o diferente), despotencializadora de uma mudança efetiva na forma de conceber a diferença e a inclusão, prescritivamente, nos processos formativos. Assim, referem-se então, no trato da/com a diferença a partir da ideia da tolerância, por meio da

ilusão do tratamento igualitário – como se todos “fossem iguais” – ou a diferença considerada a partir de aspectos deficitários e problemáticos. Isso é o que sedimenta as políticas compensatórias, afirmativas, de reparação, de tolerância e processos de aculturação (SCHUCHTER; CARVALHO, 2017, p. 526).

Destarte, chamamos a atenção para emergência do debate em torno da formação docente na perspectiva da/s diferença/s e/ou da/s diversidade/s, buscando assim a construção da democracia e de uma política crítica e de compromisso com a justiça social. Ressaltamos a importância e reconhecimento das lutas sociais mais amplas, na visibilidade das questões étnicas, de gênero, de sexualidades, por entenderem que as diferenças são produções da história.

Esse debate, nos ajuda a pensar, a problematizar a necessidade de conceber a diferença a partir da coexistência e não da tolerância, da comunhão das diferentes culturas e, também, reconhecendo o valor intrínseco de cada cultura. É preciso afetar as significações, romper com a manutenção de normas, avançando em uma perspectiva

mais democrática inscrita e reconfigurada nos contextos políticos, sociais, culturais e de vida.

A produção coletiva deste dossiê, alinhavado por forças e fluxos em movimentos de desejos, de resistências e de lutas, é uma resposta a toda e qualquer tentativa de mordça, de cerceamento das vozes e existências docentes. O caos instaurado a partir dos discursos fascistas, fundamentalistas e conservadores, não nos intimidam, pelo contrário, nos movimenta, nos desloca e nos fortalece para continuarmos ecoando vozes de resistência para abertura de outras possibilidades de vida.

Esse movimento discursivo, virtualizado e produzido no campo político partidário e religioso, intensificou intolerâncias em nome de “Deus”, “da moral”, “da família”, “dos bons costumes” e das ditas “pessoas de bem”. Produziu, a partir deles, outros discursos de ataques, principalmente, às questões étnico-raciais, de gênero, de sexualidades e de diversidade religiosa.

As práticas discursivas socialmente dispersas mostram que, se por um lado, há luta pela igualdade de direitos; por outro, há o ataque a essa reivindicação e existe a defesa da manutenção de privilégios para poucos. Nessa luta de/pelo poder, os privilegiados, para sustentarem seus apanágios como válidos apenas para um pequeno grupo em detrimento da maioria, valem-se da exploração da força de trabalho, da força produtiva [...] (FERNANDES, 2017, p. 243)

Fernandes (2017) traz os atravessamentos na constituição das relações de poder, fortalecidos nos discursos contra as conquistas dos movimentos sociais, da classe trabalhadora e de todo um projeto político de inclusão social.

Assim, nesse movimento contra hegemônico, o presente dossiê traz sete artigos no intento de produzir pensamentos, problematizações e proposições acerca da formação docente, diferença/s e diversidade/s.

No artigo *Políticas públicas de formação de professores/as em gênero e diversidade sexual: entre interdições e disputas, o que resiste?* as professoras/pesquisadoras Elda Alvarenga, Erineusa Maria da Silva e Míriam Morelli Lima de Mello, iniciam nosso percurso problematizador, discutindo as políticas públicas de formação de professores/as em gênero e diversidade sexual, entendendo-as como um campo de disputa. As autoras destacam que, apesar das perdas e retrocessos dos últimos anos, nota-se, ao mesmo tempo, a resistência de diversos agentes em defesa de um projeto de formação docente que considere a complexidade humana nos processos formativos, incluindo o gênero e a diversidade sexual como conteúdos necessários à formação integral do ser humano. Apontam para o alinhamento das políticas de formação de professores/as às necessidades do capital em detrimento,

dentre outras temáticas, às de relações de gênero e diversidade sexual como direito humano.

Em seguida, o segundo artigo, intitulado *Experiências, narrativas e histórias na educação infantil: homens educadores no trabalho com crianças* de autoria de Virginia Georg Schindhelm e Maria Luisa Furlin Bampi, traz reflexões por meio de narrativas potentes de oito educadores homens numa escola infantil fluminense, movimentando conhecimentos do magistério com estigma da *maternagem* sem a presença masculina. O texto produz inquietações deslocando o pensamento em torno das representações de divisão do trabalho na educação infantil, defendendo a presença masculina no magistério dessa etapa da educação básica.

Dando continuidade às reflexões a respeito da presença masculina na educação infantil, o terceiro artigo, de autoria de André Luiz Coutinho Vicente, Miriam Morelli Lima de Mello e Alexandre Moraes de Mello, tematiza *Trabalho, formação docente e atuação masculina na educação infantil: é possível ultrapassar os marcadores de gênero?* Traz um desenho problematizador às questões em torno do perfil dos docentes que trabalham na educação infantil a partir do processo de feminização do magistério. Com isso, refletem sobre a ausência de profissionais do gênero masculino, tendo em vista as características e os objetivos dessa etapa de ensino. O estudo aponta que não há impedimentos no que concerne às questões legais e formativas para a atuação masculina nessa etapa de ensino, porém existem bloqueios políticos e socioculturais de gênero que necessitam ser superados.

Em *Que corpo é esse, alguém quer saber? O docente homem na/com a educação infantil*, os autores Isabela Pereira Vique, Bruno Costa Lima Rossato e Simone Gomes da Costa se propõem a pensar o gênero praticado na/com a educação infantil. O texto articula duas pesquisas de mestrado a partir das pistas que emergiram nos cotidianos na/da educação infantil, evidenciando e problematizando a produção performática de gênero na infância. Nesse exercício problematizador, na perspectiva das pesquisas nos/dos/com os cotidianos, o trabalho traz movimentos corpóreos em trânsitos escolares, atravessamentos da/na experiência infantil como algo que, embora seja forjada na contingência das normas estabelecidas, atravessa e transborda as fronteiras do instituído.

Fabília Vellasquez Paiva, no quinto artigo, apresenta o debate sobre a Educação do Campo e suas possibilidades de formação, trazendo a experiência da primeira turma do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEC) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Seropédica. O texto *Da formação docente em narrativa decolonial: construindo identidades, memórias e*

histórias na LEC/UFRRJ, parte da apropriação da linguagem como um movimento decolonial. O objetivo do estudo foi investigar como a memória-história pôde ser escrita por uma educação popular coletivizada entre os sujeitos partícipes do Curso, via Cadernos Reflexivos, em narrativas de/para si. O estudo chama a atenção para a possibilidade, por parte dos centros de formação e das universidades, integrarem metodologias alternativas aos processos formativos na educação superior.

O sexto artigo, *Relações étnico-raciais nas práticas docentes cotidianas nos espaçostempos das escolas* de Maíra Mello e Maria da Conceição Silva Soares traz a discussão sobre como os corpos negros das *mulheresprofessoras* transitam nos *espaçostempos* das escolas e das universidades, como eles afetam e são afetados pelos cotidianos das instituições de ensino, as táticas utilizadas e as implicações de seus corpos, *saberesfazer*s e poderes nos currículos praticados. As autoras defendem que as subjetividades docentes são ingovernáveis, assim como os currículos que criam com seus corpos e práticas educativas e culturais, a partir do entendimento de que a formação docente é uma produção de subjetividade e que acontece no entrecruzamento das redes de conhecimentos e relações em que vivem e trabalham.

Finalizando o percurso problematizador deste dossiê, as autoras Fernanda Henriques Dias e Sylvania Maria da Silva Gil ampliam, por meio do artigo intitulado *Trazendo as discussões sobre inclusão para os projetos extracurriculares do curso de Letras - Língua inglesa* as reflexões trazendo para o debate sobre inclusão os currículos do curso de licenciatura em Língua Inglesa. O trabalho consiste nas possibilidades de ampliar a formação docente dos graduandos em Língua Inglesa para a inclusão escolar, com foco nas políticas educacionais e nas práticas dos alunos participantes em alguns projetos e programas universitários. As autoras finalizam, reafirmando a necessidade de repensar os currículos nos/dos cursos de licenciatura para a formação para o respeito às diferenças e às diversidades.

A produção deste dossiê, nos fez pensar, repensar, problematizar, debater, discutir, duvidar e novamente questionar os processos de formação inicial e continuada de professores/as. Entendemos a complexidade do tema *Formação docente, diferença/s e/ou diversidade/s*, pois faz-se necessário compreender as limitações vinculadas às descontinuidades das políticas públicas e dos modelos de formação adotados.

Diante do exposto, em tempos de negação da ciência, da educação, dos direitos e das existências que reafirmamos nossas lutas e o nosso compromisso político, ético e estético com a formação dos profissionais da educação. Com isso, desejamos a todos/as/es uma leitura/diálogo com nossos/as autores/as e que esse exercício estimule debates e reflexões sobre processos formativos cada vez mais democráticos.

Referências

AMORIM, Fábio L. A. de. *Os entrelaçamentos das vidas/corpos nos cotidianos escolares: a forma continuada de professores/as com a diferença*. 2017. 185 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2017.

FERNANDES, Cleudemar A. Insurreições como práticas discursivas na política do presente. In: In.: RAGO, Margareth. GALLO, Silvio. (Org.) *Michel Foucault e as insurreições*. São Paulo: CNPq. Capes, Fapesp, Intermeios, 2017.

SCHUCHTER, Terezinha M.; CARVALHO, Janete M. Problematizando os conceitos de diversidade e identidade: os documentos da SECADI e as implicações para o currículo. *Revista Espaço do Currículo*, [S. l.], v. 9, n. 3, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/rec.v9i3.31690>. Acesso em: 16 dez. 2021.

Recebido em: 17 dez. 2021.

Aprovado em: 17 dez. 2021.

* **Fábio Luiz Alves de Amorim** é graduado em Pedagogia, especialista em Supervisão Escolar, Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente é Pedagogo na Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo e coordenador e professor no curso de Pedagogia da Faculdade Estácio de Sá/Vitória -ES. É Diretor de Comunicação da ANFOPE - Biênio 2021-2023 e membro do Conselho Fiscal da ABDC (Associação Brasileira de Currículo) - Biênio 2021-2023. É membro no Fórum Estadual de Educação e do Fórum Estadual Permanente de Apoio a Formação Docente - FEPAD, do Espírito Santo. Pesquisador do Grupo de pesquisa Com-Versações com a Filosofia da Diferença em Currículos e Formação de Professores/UFES e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (Nepe/UFES).

E-mail: fabioamorim36@gmail.com; fabio.amorim@estacio.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5681-4423>

** **Maria da Conceição Silva Soares** é professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação - PROPED. Graduada em Comunicação Social pela PUC-Rio (1978) e em Ciências Sociais pela UFRJ (1985). Doutora (2008) e Mestre (2003) em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo, possui pós-doutorado em Educação e Imagem na UERJ. Pesquisadora do Laboratório Educação e Imagem. É Procientista (UERJ) e Cientista Nosso Estado (FAPERJ). Atuou como consultora da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo, como especialista em Sociologia na reformulação dos currículos do Ensino Médio. É líder do Grupo de Pesquisa CNPq Currículos, Narrativas Audiovisuais e Diferença.

E-mail: ceicavix@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6846-9604>
